



A “NOVA” ALIANÇA ENTRE A EDUCAÇÃO BÁSICA E O ENSINO SUPERIOR: UM AVATAR CIENTÍFICO OU UMA PRÁTICA DISCURSIVA NECESSÁRIA?

Sônia Maria Oliveira da Rosa¹

PPG Educação Unisinos - RS

Unilasalle – RS

Claudia Gewehr Pinheiro²

Unilasalle – RS

Resumo:

Este estudo apresenta parte dos discursos que engendram a aproximação entre o ensino superior e a educação básica, fomentando tal articulação na produção acadêmica, trazendo ainda dois argumentos já anunciados pelo título. Traz como fio condutor o diagnóstico como parte dessa relação. Se por um lado tal intersecção se inscreve no “novo” modelo traçado para melhorar a qualidade da educação, por outro lado a contribuição das próprias instituições de ensino de educação básica subsidia e se constitui em desafios interessantes às instituições de ensino superior. O texto também traz para a discussão a tônica da avaliação externa nos âmbitos nacional e municipal, sendo esta última pautada na construção coletiva pelos docentes da Rede Municipal de Canoas do instrumento epistemológico próprio: o Canoas Avalia que mapeia os avanços e identifica as dificuldades a fim de promover políticas afirmativas para compor um cenário de melhoria na qualidade do ensino. Tais costuras estão cerzidas nas pesquisas produzidas por esta aliança apresentada no título do trabalho.

Palavras-chave: educação básica, avaliação externa, produção acadêmica

Introdução

Este trabalho tem por objetivo proporcionar uma reflexão sobre as políticas públicas endereçadas à articulação entre o ensino superior e a educação básica, entendendo-a como um

¹ Doutoranda em Educação pela Unisinos – RS, Mestre em Educação pela Universidade Luterana do Brasil, Especialista em Gestão Educacional e Pedagoga – Orientação Educacional pela Universidade Luterana do Brasil, Professora Pesquisadora do Centro Universitário La Salle e Gerente do Programa de Qualidade e Valorização da Educação Municipal de Canoas – PQVEM.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Especialista em Lingüística e Licenciada no Curso de Letras pelo Centro Universitário La Salle. Atualmente professora convidada para o curso de Pós-graduação no Centro universitário La Salle e Diretora da Unidade Municipal de Educação Infantil no município de Canoas.

processo indissociável, podendo resultar tanto na qualidade da produção acadêmica quanto na melhoria da prática educativa na educação básica.

Devido a relevância da temática o texto faz referência as políticas públicas implementadas na esfera federal que forjam, por meio de programas específicos, a “liga” entre as modalidades já mencionadas. Convém ressaltar que o centro do debate aqui é a fragilidade histórica do papel da universidade e o esforço de transformar a mera transmissão do conhecimento na democratização da produção científica advinda das demandas sociais. É neste sentido que justifico o título do trabalho que se constitui num questionamento que merece ser melhor aprofundado no decorrer do texto.

Nessa direção, os distanciamentos entre ensino, extensão e pesquisa entram neste cenário, colocando em xeque o modelo tradicional do conhecimento com a finalidade de intensificar o compromisso social e cultural tardio dessa relação.

Também é nessa lógica que a academia se reinventa em um movimento inverso. Procura na contextualização social seus objetos de pesquisa e adentra nas práticas educativas, construindo um diálogo entre a pesquisa e quem as utiliza.

A aproximação e o diálogo na relação ensino superior e educação básica permite diagnóstico imprescindível no desenho das pesquisas. Contextualizar tal argumento, tendo como pano de fundo as avaliação externa do município de Canoas, implica em descrever o objeto em análise: *Canoas Avalia*³, que será detalhado no decorrer deste trabalho. Dessa forma, a representação sobre a avaliação externa escolarizada está sendo sempre negociada nas malhas de poder, em que os significados são constantemente contestados e disputados. Significa dizer que ela se dá em conjuntos de práticas sociais construídas social e historicamente às quais ninguém pode escapar.

Os discursos sobre avaliação em larga escala podem ser entendidos como histórias que se completam e tecem uma série de enunciados onde cada um de nós ocupa uma posição de poder, sendo narrados em histórias enredadas entre si que se completam e que dão sentido às coisas nesse circuito cultural do ensino, da pesquisa e da prática educativa.

Ensino, pesquisa e extensão: a indissociabilidade acadêmica

A articulação entre esse dois conceitos exige uma retomada histórica da educação brasileira. De acordo com Trindade (1999) a instituição universitária se consolidou na década

³ Instrumento epistemológico de avaliação que compõe o Sistema de Avaliação da Educação Municipal – SAEM. Este sistema avaliativo está inscrito no Programa de Qualidade e Valorização da educação Municipal e se constitui como um Programa Estratégico de Governo juntamente com outros vinte e quatro Programas do município de Canoas.

dos anos vinte, embora tenha registro de escolas e faculdades instituídas pela vinda do príncipe regente para o Brasil. Na última década da Primeira República ficou marcado o aumento da demanda pela educação superior em decorrência das transformações políticas, econômicas e culturais no país, considerando que desde o Brasil Colônia ao Brasil República projetos e propostas para instituição do ensino superior foram apresentadas, porém sem êxito. Assim a criação da primeira instituição de ensino superior no Brasil foi a Universidade do Brasil. Em 1935. O Ministro da Educação Gustavo Capanema assinalava que não havia dúvidas sobre a expansão das universidades, afirmando que cada região do país deveria dispor do seu campo universitário com objetivo de estudar e pesquisas sobre as exigências locais.

Os estudos de Fávero (1999) nos ajudam a compreender que no Governo Provisório que se estendeu pós Estado Novo, tendo como ministro o professor Raul Leitão da Cunha em 1945, dispõe, por meio de decreto, que a Universidade do Brasil teria por objetivo a educação, o ensino e a pesquisa e que gozaria da autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar. Nesse contexto podemos observar que os discursos de ontem como os de hoje são, muitas vezes ilusórios, mesmo que apresentem avanços.

No ano de 1951 a criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) representou um a outra configuração, cujo objetivo era desenvolver pesquisa científica e tecnológica em todos os campos do conhecimento, fixando critérios para bolsas de estudos, bem como auxílios às universidades para implantação de núcleos de pesquisas, contribuindo para a renovação desta modalidade de ensino. Neste mesmo ano é instituída também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES com a finalidade de assegurar profissionais capacitados para atender às necessidades que demandavam às universidades.

Em 1968 foi instituído o Grupo de Trabalho (GT) encarregado de estudar a reforma da universidade brasileira que aprovou em linhas gerais para organização do ensino superior no Brasil no tripé ensino, pesquisa e extensão, enfatizando a indissolubilidade entre essas funções, especialmente entre ensino e pesquisa. Dessa forma, ficou garantida a mudança efetiva das universidades, garantindo à melhoria da qualificação dos docentes universitários e a expansão dos cursos de pós-graduação no país, que atingiu num segundo momento, também as áreas das ciências humanas e sociais.

Por outro lado, a autonomia da universidade não teve condições para se efetivar, no contexto do regime autoritário. Em parte porque o controle centralizado dos recursos materiais e financeiros pelo governo federal acabou por atrelar o seu funcionamento às políticas governamentais (MENDONÇA, 2000)

Tomando os discursos da reforma nas universidades destaco a indissociabilidade do ensino, da extensão e da pesquisa, entendendo o primeiro ponto como conhecimento científico social e culturalmente produzido e o segundo/terceiro como demandas sociais a serem investigadas por meio da pesquisa. Nem sempre essa indissociabilidade se verifica na prática. Mesmo que a tríade instituída em 1968 pareça estar numa lógica acadêmica coerente, a maioria das investigações ainda está apenas nos contornos do cotidiano social.

Ainda que indissociável, o reconhecimento dos limites dessa tríade (ensino, pesquisa e extensão) favorece a articulação e suporte que cada uma oferece a outra. Dessa forma, o ensino abre janelas para o conhecimento dos alunos que pode transitar em outros contextos para além da academia sem perder o caráter investigativo de pesquisa num movimento cultural.

Hall (1997, p. 20) salienta que “a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos – e mais imprevisíveis – da mudança histórica do novo milênio”, por essa razão, as lutas são cada vez mais crescentes e discursivas. Com isso, os deslocamentos das culturas do cotidiano são desencadeados pelas rápidas transformações recheadas de diferentes significados e práticas sociais, tornando acessíveis as informações sobre e entre os povos, as outras formas de vida, os espaços geográficos, permitindo até mesmo o transitar pela história. O olhar cultural refere-se às análises sociais, a partir de mudanças significativas sobre a linguagem, que passa a ter posição privilegiada na produção e circulação dos significados.

Nesse movimento multicultural, Semprini (1999) argumenta que a realidade é entendida como construção, as interpretações são subjetivas, os valores são relativos e todo conhecimento é público por ser um fato político. Tal mudança posta em relevo marca, conforme Silva (2000, p. 111), “o momento no qual o discurso e a linguagem passam a ser considerados como centrais na teorização social”. Esse relevo em relação à linguagem passou a ser conhecido como a “virada lingüística”. Em outras palavras, conforme Sellars (1997), a linguagem não representa ou descreve a realidade, como se fosse um espelho do mundo. A realidade é aquilo que pensamos sobre ela, pois todo pensamento é um fato lingüístico.

Nessa concepção o conhecimento não circula apenas na academia como um grande centro “avatar” em que os alunos saem, colhem informações e voltam com possibilidades para o aperfeiçoamento de suas investigações que, muitas vezes, ficam expostas em bibliotecas ou acervos virtuais com pouca utilidade. Antes pelo contrário, se o ensino, a extensão e a pesquisa forem articuladas com as reais necessidades sociais e culturais é possível construir um circuito interativo, produzindo outros conhecimentos a partir da experiência. E essa é uma das funções das universidades que é instituída e empoderada a convocar seus professores para tal articulação. Tal movimento não se dá apenas neste ou naquele nível do ensino superior, ou

seja, a pesquisa e a extensão precisam compor os níveis de graduação e pós-graduação sob pena de distanciar ou de desfazer a tríade constituída. Moita e Andrade afirmam que a

[...] extensão e o ensino não são acessórios à pesquisa, mas continuações naturais delas, se a produção científica do conhecimento quiser ser efetiva e intervir para modificar a realidade estudada – voltando a enriquecer-se, nesse processo, por dela alimentar-se continuamente. Donde não haver relevância social da pesquisa sem a indissociabilidade (MOITA & ANDRADE, 2009, p. 279)

As dimensões da tríade ensino, extensão e pesquisa ainda se constituem em desafios na perspectiva da indissociabilidade. Ainda são tímidas as experiências que minimizam as fronteiras deste tripé na lógica de que a universidade deve considerar o significado e as diversas necessidades que são externas a fim de torná-las úteis e produtivas à sociedade.

Hall (1997, p. 29) acrescenta que o “significado surge não das coisas em si – a ‘realidade’ – mas a partir dos jogos de linguagem e dos sistemas de classificação nos quais as coisas são inseridas”. Ele ainda complementa que a “virada cultural” está intimamente ligada a esta nova atitude em relação à linguagem, pois a cultura não é nada mais do que a soma de diferentes sistemas de classificação e diferentes formações discursivas ao qual a língua recorre a fim de dar significado às coisas.

De acordo com Veiga-Neto (2000), os significados não existem soltos no mundo, eles só existem a partir do momento em que forem enunciados, passando a fazer parte de um ou mais discursos. O autor também acrescenta que os discursos não são apenas conjuntos de signos, mas práticas que formam os objetos de que falam.

Articulação entre o ensino superior e a educação básica: o que dizem os programas do governo federal?

Sendo a cultura um conjunto de práticas que produz significados partilhados, Hall (1997, p. 3) sublinha que o “uso que fazemos das coisas, o que dizemos, pensamos ou sentimos acerca deles – como representamos – que os damos significados”. Pretendo, neste texto, apresentar os Programas do Governo Federal voltados à articulação entre as modalidades de ensino (ensino superior e educação básica), considerando os significados destes na tentativa de aproximação de tais modalidades de ensino.

*O Programa Observatório da Educação*⁴ se constitui pela parceria entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Instituto Nacional de

⁴ **Instrumento legal que o instituiu:** Edital nº 1/2006 CAPES/INEP, publicado no DOU, em 20/06/2006; Edital nº 2/2008 CAPES/DEB, publicado no DOU, em 24/07/2008; Edital nº 1/2009

Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). O programa Observatório da Educação atua na pós-graduação – mestrado e doutorado. Lançada em 2006, a iniciativa apóia projetos de pesquisa que usem como base os bancos de dados do Inep, entre eles o Censo Escolar e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), entre outros.

A intenção é estimular estudos sobre temas como a avaliação educacional, fluxo escolar, educação e mercado de trabalho, financiamento da educação e educação e demografia, para estimular a formação de mestres e doutores que atuem nas áreas de gestão de políticas educacionais, avaliação educacional e formação de professores. As normas do Programa exigem a utilização dos dados estatísticos educacionais produzidos pelo INEP como subsídio ao aprofundamento de estudos sobre a realidade educacional brasileira.

A parceria estabelecida entre Secretaria Municipal de Educação de Canoas através do Programa de Qualidade e Valorização da Educação Municipal e o Centro Universitário La Salle resultou na aprovação do Projeto de Pesquisa Alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental e a formação dos professores na rede municipal de ensino de Canoas: a pesquisa-ação colaborativa como elemento de qualificação das práticas educativas⁵. Nas trilhas investigativas o projeto tem como objetivo propor espaços formativos e subsídios teórico-metodológicos que viabilizem a reflexão, a avaliação e a projeção de estratégias de caráter intervencionista para qualificar as práticas educativas.

Outro programa que se inscreve nessa perspectiva é o *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid)*. O programa oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Com essa iniciativa, o Pibid faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais.

A intenção do programa é unir as secretarias estaduais e municipais de educação e as universidades públicas, a favor da melhoria do ensino nas escolas públicas em que o Índice de

CAPES/SECAD/INEP, publicado no DOU, em 03/08/2009; Edital nº 38/2010 CAPES/INEP, publicado no DOU, em 24/06/2010., **Decreto nº 5.803**.

⁵ Projeto inscrito e aprovado pela CAPES/INEP/SECADI sob Edital nº 038/2010. Esta parceria é objeto de análise no próximo enfoque do artigo.

Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) esteja abaixo da média nacional, de 4,4. Os coordenadores de áreas do conhecimento recebem bolsas mensais de R\$ 1,2 mil. Os alunos dos cursos de licenciatura têm direito a bolsa de R\$ 350 e os supervisores, que são os professores das disciplinas nas escolas onde os estudantes universitários vão estagiar, recebem uma bolsa de R\$ 600 por mês. Podem apresentar propostas de projetos de iniciação à docência instituições federais e estaduais de ensino superior, além de institutos federais de educação, ciência e tecnologia com cursos de licenciatura que apresentem avaliação satisfatória no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Os estabelecimentos devem ter firmado convênio ou acordo de cooperação com as redes de educação básica pública dos municípios e dos estados, prevendo a participação dos bolsistas do Pibid em atividades nas escolas públicas.

O *Programa Rede Nacional de Professores* foi criada em 2004 com o objetivo de contribuir para a melhoria da formação dos professores e alunos. O público-alvo prioritário da rede são professores de educação básica dos sistemas públicos de educação. As instituições de ensino superior públicas, federais e estaduais que integram a Rede Nacional de Formação de professores, produzem materiais de orientação para cursos à distância e semipresenciais, com carga horária de 120 horas. Assim, elas atuam em rede para atender às necessidades e demandas PAR⁶ dos sistemas de ensino.

O Ministério da Educação oferece suporte técnico e financeiro e tem o papel de coordenador do desenvolvimento do programa, que é implementado por adesão, em regime de colaboração, pelos estados, municípios e Distrito Federal.

Por fim o *Programa de Extensão Universitária (ProExt)* tem o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Criado em 2003, o ProExt abrange a extensão universitária com ênfase na inclusão social.

A formação inicial e continuada apresentada pelos programas citados se inscrevem na cultura de formação docente em que as práticas desses profissionais são reguladas, tendo regras, normas e convenções próprias. Varela (2002, p. 93) observa que:

Os saberes pedagógicos são o resultado, em boa parte, de articulação dos processos que levaram à pedagogização dos conhecimentos e a disciplinarização interna dos saberes. Estas classificações e hierarquias de sujeitos e saberes costumam, em geral, ser aceitas

⁶ Plano de Ações Articuladas que serve como diagnóstico da realidade educacional local participativo sob acompanhamento do Ministério da Educação a fim de instituir políticas públicas e endereçar o orçamento necessário para tais fins.

como algo dado, como naturais, razão pela qual seu reconhecimento contribui para
aprofundar sua lógica de funcionamento.

É possível perceber que há uma preocupação com a articulação entre educação básica e o ensino superior, considerando o movimento espiralado encontrado nos desenhos dos projetos. Entretanto é preciso considerar também de que forma tais práticas discursivas se constituem como vetores de mão dupla nesse processo, ou seja, como acontece a relação entre o ensino, a extensão e a pesquisa. Provavelmente tais iniciativas não referendam somente um avatar científico, no sentido de somente utilizar o campo da educação básica como corpus de análise. A ideia é que esse ciclo se constitua em práticas discursivas necessárias para os fins que se destinam. Foucault (1986) conceitua como práticas discursivas

[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definam, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 1986, p 136).

Assim, o conceito de prática discursiva não se confunde com ideias, pensamentos ou frases soltas. Significa estar consoante a determinadas regras que estão determinadas por um discurso. Tendo como plano e pano de fundo tais programas instituídos pelo Ministério da Educação. Entende-se que são essas as regras e as normas que compõem a ordem dessa relação entre ensino superior e educação básica no contexto atual das políticas públicas endereçadas para este fim.

Entender que o poder é sempre relacional, que se exerce nas diferentes práticas, sujeitas a constantes transformações, significa dizer que ele se dá em conjunto de práticas sociais construídas historicamente as quais ninguém pode escapar.

Nessa perspectiva tais programas adotados pelo Ministério da Educação configuram-se em estratégias de biopolítica com a intenção de normalizar, regradar, manipular, observar e, sobretudo, controlar as práticas sociais e culturais que se estabelecem entre o ensino superior e a educação básica.

O diagnóstico como ferramenta da aproximação entre o ensino superior e a educação básica: uma experiência produtiva que merece ser narrada

A partir das considerações já apresentadas pretendo refletir sobre a avaliação externa e suas implicações como uma das práticas centrais na produção da cultura escolar. Ao olhar

para os discursos que circulam em diferentes documentos institucionais: legais e pedagógicos, bem como os que estão disponibilizados em diferentes artefatos midiáticos é possível perceber como estes são operadores das práticas discursivas na educação escolarizada, em que conhecimentos e saberes articulam pontos a favor ou contra as mudanças na ordem escolar, problematizando diferentes formas de tornar-nos gestores/as, educadores/as, alunos/as e comunidade escolar. Também é nessa perspectiva que as contradições, as resistências e os escapes possíveis produzidos vão desenhando e delineando poderes e saberes em relação as práticas desse processo em sua produtividade e funcionalidade. Meu objetivo, aqui é lançar olhares sobre as práticas avaliativas e como estas podem colaborar para a intersecção entre o ensino superior e a educação básica, considerando as características culturais dos sujeitos envolvidos nessa trama, entendendo-a como prática discursiva necessária e não como uma simulação ilusória e paralela do que de fato acontece nesses espaços o que denominei aqui de “avatar científico”. Também pretendo abordar algumas discussões sobre as alternativas possíveis de reinvenção da avaliação externa e o quanto esta pode ser produtiva no cenário do município de Canoas. Dessa forma, pensar a educação com as lentes culturais nos permite refletir sobre o mundo contemporâneo, as questões emergentes do projeto civilizatório e as necessidades de redimensionar conceitos, entendendo que a vida social passa a ser *discursiva e lingüisticamente* produzida.

Canoas, a partir do ano de 2009, instituiu como modelo de Gestão Pública a criação de trinta Programas Estruturantes de Governo, sendo que cinco deles são gestados pela Secretaria Municipal de Educação. O movimento interdiscursivo que pretendo apresentar, no que tange a avaliação externa municipal, se inscreve no Programa de Qualidade e Valorização da Educação Municipal – PQVEM⁷, que possui dois Projetos Estratégicos: Plataforma de Formação Docente e o SAEM - Sistema de Avaliação da Educação Municipal. Pensar e construir um Sistema Municipal de Avaliação foi preciso refletir sobre o seguinte questionamento: como balizar uma política de avaliação que almeja diagnosticar as falhas do sistema e as práticas de êxito, tendo como foco a instituição de políticas públicas para atender as necessidades educacionais da cidade?

Utilizando as lentes da avaliação como ferramenta útil que atua no sentido de transformar os dados em processos investigativos e em ações formativas é possível estabelecer a conexão entre a reflexão e a prática pedagógica, atrelando ao contexto dos sujeitos envolvidos na cultura da educação escolarizada de Canoas.

⁷ Programa de Qualidade e Valorização da Educação Municipal.

O SAEM instituído por Decreto Municipal tem como instrumento epistemológico o Canoas Avalia que possui características próprias: elaboração de instrumentos avaliativos por uma comissão de professores da rede municipal de Canoas; abrangência dos quatro campos do conhecimento (linguagem, matemática, ciências humanas e ciências naturais); observância das recorrências dos Planos de Estudos das 42 escolas de ensino fundamental da rede de ensino; aplicação do instrumento nos 3ºanos (2009), 3º anos e 6ª séries (2010), nos 3º, 6º anos e 8ª séries (2011), entendendo que este último ano de aplicação tem como critério de aplicação o término de cada bloco pedagógico do ensino fundamental. Esta última concepção tem sido, nos últimos dias, minhas “novas” indagações e também trago para a seguinte problematização: se hoje, o ensino fundamental está subdividido em dois blocos: anos iniciais e finais, apresentando um grande gargalo de reprovação nos 5º e 6º anos, talvez seja interessante pensar essa modalidade de ensino de uma forma diferente. A Resolução nº 7/2010 do CNE/CEB sublinha a importância do Bloco Pedagógico da Alfabetização e reforça a idéia de continuidade e conexão entre os anos do ensino fundamental. Como pensar em uma (re) organização estrutural e curricular sem dar a devida atenção aos sujeitos que estão engendrados neste contexto? Embora esse questionamento seja relevante nessa discussão é mais uma pista investigativa para outros trabalhos que, neste texto, não darei conta de abordá-lo. Entretanto vale a intenção provocativa de configurar de maneira diferente esta modalidade de ensino.

Outro elemento importante a destacar é a devolutiva dos instrumentos do Canoas Avalia no ano posterior ao da aplicação, sendo utilizado como ferramenta de diagnóstico com os alunos. Assim, professores, alunos e pais são partícipes do processo avaliativo num ritual que denominamos “Semana de Avaliação em Rede” em que o Canoas Avalia – Diagnóstico (instrumentos que contemplam a linguagem e a matemática aplicados nos 1º ao 5º anos) somado ao Canoas Avalia do ano anterior (Cadernos Pedagógicos) e ao instrumento nacional “Provinha Brasil” para os 2º anos são ingredientes desta avaliação em rede.

Dessa forma, entendo que a educação se ressignifica por meio de uma dinâmica que atenda às necessidades dos alunos inseridos em um contexto histórico e social por meio de práticas educativas planejadas e contínuas.

É neste foco que apresento uma experiência que está inscrita no Programa Observatório da Educação sob Edital nº 038/2010/CAPES/INEP/SECADI que compreende o tripé do ensino superior (ensino, extensão e pesquisa) como fios que se tecem e constroem uma malha de formações educativas interessantes e endereçadas. Trata-se da pesquisa submetida e aprovada pelo Programa Observatório da Educação e assim intitulada

“Alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental e formação de professores na rede municipal de ensino de Canoas: a pesquisa-ação colaborativa como elemento de qualificação das práticas educativas”. Tal pesquisa é resultado da parceria entre Secretaria Municipal de Educação e o Centro Universitário La Salle – Canoas e tem como objetivo propor espaços formativos e subsídios teórico-metodológicos que viabilizem a reflexão, a avaliação e a projeção de estratégias de caráter intervencionistas para qualificar as práticas educativas dos professores e incidir na melhoria dos indicadores de desempenho dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, tendo como referência os dados do INEP e do Canoas Avalia. O campo de investigação foram as dezessete escolas do município de Canoas que não apresentaram indicadores de desempenho satisfatório.

Tendo um panorama diagnóstico como referência foi possível construir, neste primeiro ano de pesquisa, uma plataforma de formação que denominamos de “Escola em Movimento”, considerando o reconhecimento e fortalecimento de identidade de grupo, aplicação de diferentes questionários sobre a alfabetização, organização de encontros formativos, minicursos, seminários municipais de avaliação e de qualidade na alfabetização, criação do grupo de estudos avançados em alfabetização, observação das turmas envolvidas na pesquisa, análises e costuras formativas a partir da Provinha Brasil e o Canoas Avalia e oficinas temáticas sobre a alfabetização (socialização das práticas pedagógicas).

Todo esse compêndio de ações formativas previstas na pesquisa não se esgota por aqui, antes pelo contrário, tudo isso foi fomentando outras ações, envolvendo o ensino, a extensão e a pesquisa. Para realização da pesquisa estão envolvidos neste projeto: quatro bolsas para alunos da graduação, três bolsas para o mestrado e quatro bolsas para supervisor pedagógico das escolas de educação básica. A partir das tramas formativas outras possibilidades investigativas foram se costurando: cursos de extensão envolvendo o ensino fundamental e a educação infantil, duas turmas de pós-graduação (Lato Sensu) com uma estrutura curricular que atendesse as necessidades da rede municipal denominado “Curso de Especialização In Company Ação Educativa no Ensino Fundamental” engendrando 86 pesquisadores, uma turma de pós-graduação (Lato Sensu) para educação infantil, envolvendo 40 investigadores, totalizando, neste bloco, 126 pesquisas que atendem as especificidades investigativas da rede municipal de Canoas. Além de 10 pesquisadores no “Curso de pós-graduação (Stricto Sensu) Mestrado em Educação” que também problematiza e investiga as necessidades educativas da Secretaria Municipal de Canoas. Nessa esteira formativa vale lembrar que o ensino superior precisou se adequar às demandas da rede municipal de ensino, organizando juntamente com a Secretaria Municipal de educação toda a matriz curricular,

bem como a metodologia de trabalho diferenciada que contempla a prática reflexiva docente, proporcionando um movimento inédito no município de socialização dos achados das pesquisas já defendidos, bem como as investigações que estão em pleno trânsito com os profissionais da rede municipal de ensino.

Nesse contexto ambas as instituições (Secretaria Municipal de Educação e Centro Universitário La Salle) estreitam as relações, se fortalecem e avançam no sentido de romper uma lógica que histórica na relação do ensino superior e educação básica. Se por um lado a Secretaria Municipal de Educação se reestrutura com outros conhecimentos acadêmicos por outro o Centro Universitário La Salle também é subsidiado com diferentes situações do cotidiano escolar que se tornam corpus de análise para as diferentes linhas de pesquisas que fomentam novas descobertas, outros olhares, novos saberes.

Foi tomando tais discursos como conjunto de significados negociados que engendram o objeto de estudo, que olhei para a “nova” ordem de intersecção entre a educação básica e o ensino fundamental produzida pelas práticas sociais, procurando entender como esta relação vem sendo construída cultural e lingüisticamente nos jogos de poder. A cultura interpela constantemente as práticas do cotidiano de diferentes maneiras. Nesse sentido, a produção cultural sobre o “novo” dispositivo de escolarização provoca inúmeras e rápidas “mudanças”. Dessa forma, a “extraordinária mobilidade dos fluidos é o que os associa à idéia de ‘leveza’” (BAUMAN, 2001, p.8). De acordo com o autor, fluidez e liquidez são metáforas utilizadas quando queremos captar a natureza da presente fase vista de muitas maneiras na modernidade, na tentativa de desatrarancar os sólidos que ora são destinados à liquefação, ora se formam em outros lugares, procurando uma solidez duradoura em que se pudesse confiar a ponto de tornar o mundo previsível e, portanto, admirável.

A construção de diferentes sentidos e significados que estabelecem as normas e convenções que organizam e ordenam as práticas dos sujeitos envolvidos nesse processo de escolarização constituem as representações dessa “nova” ordem que estão em lutas permanentes.

A produção cultural da dinâmica estabelecida entre a educação básica e o ensino superior é consumida e endereçada por seus públicos-alvos, atendendo às necessidades e desejos dos sujeitos que são capturados nesta trama, instituindo-se como estratégias de consumo pedagógicas eficazes que se justificam pelas necessidades e os interesses dos envolvidos no ciclo da produção cultural.

Na velocidade das invenções, ações e práticas que delineiam a educação básica e o ensino superior, as “verdades” são mobilizadas pelas relações de poder que se transformam

cotidianamente. É nesta ótica que inscrevo este trabalho, não promovendo uma apologia desnecessária desta experiência, mas considerando os instrumentos avaliativos como diagnóstico na elaboração de estratégias formativas numa perspectiva colaborativa e intervencionista coletiva de ambas as instituições já citadas. Esta experiência está longe de ser considerado um avatar científico. Pelo contrário se constitui em uma prática discursiva necessária, vislumbrando outras possibilidades de envolver as diferentes modalidades de educação em um único objetivo: a qualidade na educação.

BIBLIOGRAFIA

- BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade do Brasil um itinerário marcado de lutas. **Revista Brasileira de Educação**. Jan/Fev/Mar/Abril de 1999, nº 10.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forence, 1986.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: nota sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: **Educação e Realidade**, 22 (2): jul./dez., p. 15-46, 1997.
- MENDONÇA, Ana Waleska P.C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Mai/Jun/Jul/Ago de 2000, nº 14.
- MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, nº 41. Ago. 2009.
- SELLARS, Wilfrid. *Empiricism and Philosophy of mind*. Cambridge: Havard University Press, 1997.
- SEMPRINI, Andrea. *Multiculturalismo*. Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Teoria Cultural e Educação. um vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- VARELA, Júlia. O estatuto do saber pedagógico. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VEIGA-NETO, Alfredo José da. Michel Foucault e os estudos culturais. In: COSTA, Marisa Vorraber. **Estudos culturais em educação** – mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema... Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRS, 2000, p. 37-69.

TRINDADE, Hélió. Universidade em perspectiva sociedade, conhecimento e poder. **Revista Brasileira de Educação**. Jan/Fev/Mar/Abril de 1999, nº 10.